

Demarcação dará aos índios 10% do território nacional

Henrique Ruffato

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — Os 230.238 índios brasileiros, que representam 0,2% da população do país, vão ser donos de mais de 10% do território nacional, ou seja, ficarão com exatos 86.717.756 hectares de terra, que serão totalmente demarcados nos próximos três anos. "O presidente Fernando Collor quer a demarcação de todas as áreas indígenas até outubro de 1993, conforme estabelece a Constituição", disse o novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães. O objetivo, acrescentou Cantídio, é concluir o governo Collor com todas as áreas indígenas regularizadas, o que, segundo a Funai, exigirá recursos da ordem de Cr\$ 7,4 bilhões.

O plano de ação traçado pela Funai prevê, ainda para este ano, a demarcação de 10 reservas, três delas em Rondônia (Acimã, Apurinã e Kaxarari), duas em Mato Grosso (Rio Mequens e Juínlha), duas no Acre (Alto Rio Purus e Arara/Humaitá), uma em Roraima (Caracarai/Niquiá), uma no Pará (Awá/reserva Gurupi) e uma em Pernambuco (Pankararu). Os Cr\$ 7,4 bilhões estimados pela

Funai serão aplicados na regularização fundiária, indenização de posseiros, fazendeiros e madeiras e a manutenção de extensas áreas de floresta nativa da Amazônia Legal, onde ainda vivem mais de 45 grupos de índios arredios (nunca contactados pelo homem branco).

O projeto Planejamento da Ação Estratégica mostra toda a ação traçada para garantir o cumprimento do Artigo 67 das Disposições Transitórias da Constituição, que trata da questão. Para demarcar 265 áreas indígenas, a Funai precisará de Cr\$ 5,4 bilhões. E para promover a regularização fundiária de 439, com o pagamento de indenização a posseiros invasores, serão necessários Cr\$ 1,4 milhões. Outros Cr\$ 515 milhões serão investidos em aviventação (nova demarcação) de 55 reservas.

O levantamento nacional feito pela Funai constatou a existência de 133 áreas indígenas possíveis de serem identificadas. Para a demarcação dessas áreas a Funai está pleiteando Cr\$ 414,7 milhões. "Se a Constituição determina a demarcação das terras indígenas brasileiras até 1993, esperamos que isso seja cumprido", diz o sertanista Sidney Possuelo, chefe da Coordenadoria de Índios Isolados da Funai. Segundo Possuelo, ainda

existem no Brasil mais de 40 grupos de índios arredios, principalmente na Amazônia Legal, e cabe à Funai preservar esses grupos.

Grupão acaba — Para tornar o processo mais ágil, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, já recebeu a minuta de decreto, elaborado pela consultoria jurídica de seu ministério, que na prática acabará com o grupo interministerial criado pelo Decreto 94.945, o *Grupão*, que incluía o extinto Conselho de Segurança Nacional (CSN), transformado posteriormente em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), ao qual cabiam as decisões sobre demarcação de áreas indígenas. "Hoje, temos dezenas de áreas indígenas que estão aptas para serem demarcadas, mas não podemos fazer nada sem portaria interministerial", observa um sertanista da Funai.

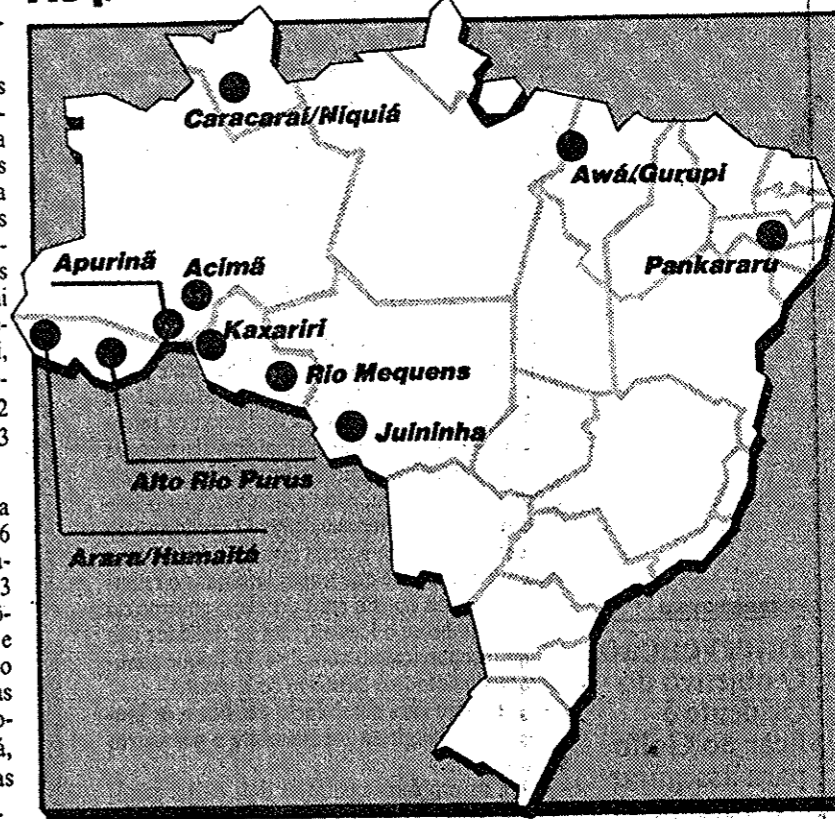
A Divisão de Demarcação e Fiscalização da Funai, em levantamento realizado em todo o território nacional, computou a existência de 86.717.756 hectares de áreas indígenas. Deste total, já estão demarcados 43.990.112 hectares, incluindo as florestas nacionais do Amazonas e de Roraima, criadas pelo ex-presidente

José Sarney dentro das áreas indígenas ianomâmis, em Roraima. Faltam demarcar, segundo a Funai, 42.281.644 hectares de terras indígenas.

O Brasil tem 200 grupos indígenas identificados, que falam 170 línguas diferentes, e a população escolar recenseada pela Funai, 32.793 índios. "Pretendemos alterar profundamente a estrutura da Funai, que passará a dar mais atenção às administrações regionais e aos postos indígenas", revela Cantídio Guimarães. As seis superintendências regionais da Funai serão transformadas em simples coordenadorias. Atualmente, a Funai possui, além das seis superintendências regionais, 40 administrações regionais, 342 postos indígenas, 34 casas do índio, 433 enfermarias e 753 escolas.

O estado do Amazonas concentra a maior parte das terras indígenas — 28,6 milhões de hectares —, seguido pelo Pará, com 21 milhões; Mato Grosso, 12,3 milhões; Roraima, 4,3 milhões; Rondônia, 3,5 milhões; Tocantins, 2,1 milhões e Maranhão, 1,8 milhão. O estado do Rio de Janeiro é o que tem menos áreas indígenas — apenas 760 hectares. Somente nos estados do Amazonas e Pará, as áreas indígenas ainda não demarcadas ocupam mais de 35 milhões de hectares.

As primeiras 10 áreas



Demarcação